Geosul, Florianópolis, v. 39, n. 90, p. 347-371, mai./ago. 2024.
https://doi.org/10.5007/2177-5230.2024.e99497

DINÂMICA ECONÔMICA MUNICIPAL EM MATO GROSSO: UM ENFOQUE SETORIAL DE 2005 A 2020

Leandro José de Oliveira[1]
Alexandra Andrade de Almeida Cardoso[2]
Moacir Piffer[3]

Resumo: Este estudo analisou as variações nos setores econômicos dos municípios de Mato Grosso entre 2005 e 2020, investigando seus níveis e ritmos de crescimento. Utilizando estimativas dos Indicadores de Nível de Crescimento Econômico (INC) e Ritmo de Crescimento Econômico (IRC), com base no Valor Adicionado Bruto (VAB) *per capita* por setor e na população residente, identificou-se uma redução no dinamismo do setor agropecuário em comparação com outros segmentos. Em contrapartida, os serviços registraram avanços expressivos, sendo o segmento com maior proporção de municípios classificados em desenvolvimento em expansão. Já a indústria mostrou resiliência, sendo predominante em muitos municípios em desenvolvimento e apresentando a menor proporção de municípios deprimidos. Essa heterogeneidade destaca a necessidade de políticas públicas que promovam um desenvolvimento equilibrado e sustentável em todo o estado de Mato Grosso.
Palavras-chave: Análise Regional. Geografia Econômica. Economia Matogrossense. Crescimento Econômico. Desenvolvimento Municipal.

MUNICIPAL ECONOMIC DYNAMICS IN MATO GROSSO: A SECTORAL APPROACH FROM 2005 TO 2020

Abstract: This paper analyzed the variations in the economic sectors of the municipalities of Mato Grosso State in Brazil, between 2005 and 2020, investigating their levels and rates of growth. Using estimates of the Economic Growth Level Indicators (INC) and Economic Growth Rate Indicators (IRC), based on Gross Value Added (GVA) per capita by sector and resident population, a reduction in the dynamism of the agricultural sector was identified in comparison with other segments. On the other hand, services made significant progress, being the segment with the highest proportion of municipalities classified as developing in expansion. Industry, on the other hand, showed resilience, being predominant in many developing municipalities and presenting the lowest proportion of depressed municipalities. This heterogeneity highlights the need for public policies that promote balanced and sustainable development throughout the Mato Grosso State.
Keywords: Regional Analysis. Economic Geography. Mato Grosso State Economy. Economic Growth. Local Development.

[1] Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), Toledo-PR, Brasil, leandrogtaune@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-0550-0712
[2] Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), Toledo-PR, Brasil, alexandra.cardoso@grupointegrado.br, https://orcid.org/0000-0002-5418-3127
[3] Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), Toledo-PR, Brasil, mopiffer@yahoo.com.br, https://orcid.org/0000-0003-3937-0941

DINÁMICA ECONÓMICA MUNICIPAL EN MATO GROSSO: UN ENFOQUE SECTORIAL DE 2005 A 2020

Resumen: Este estudio analizó las variaciones de los sectores económicos de los municipios de estado de Mato Grosso en Brasil, entre 2005 y 2020, investigando sus niveles y tasas de crecimiento. A partir de estimaciones de los Indicadores de Nivel de Crecimiento Económico (INC) y de los Indicadores de Tasa de Crecimiento Económico (IRC), basados en el Valor Agregado Bruto (VAB) per cápita por sector y población residente, se identificó una reducción del dinamismo del sector agropecuario en comparación con los demás segmentos. Por otro lado, los servicios avanzaron significativamente, siendo el segmento con mayor proporción de municipios clasificados como en desarrollo en expansión. La industria, por su parte, mostró resistencia, siendo predominante en muchos municipios en desarrollo y presentando la menor proporción de municipios deprimidos. Esta heterogeneidad resalta la necesidad de políticas públicas que promuevan el desarrollo equilibrado y sostenible en todo el estado de Mato Grosso.
Palabras clave: Análisis Regional. Geografía Económica. Economía de Mato Grosso. Crecimiento Económico. Desarrollo Municipal.

Introdução

Situado na Região Centro-Oeste do Brasil, Mato Grosso abrange uma vasta área de 903.546,42 km², sendo a terceira maior unidade da Federação. Este território é caracterizado pela presença significativa de três biomas distintos: Amazônia, Cerrado e Pantanal. O estado é composto por 141 municípios distribuídos em 22 microrregiões e cinco mesorregiões (norte, nordeste, sudeste, centro-sul e sudoeste) (Faria, 2014). O último Censo Demográfico, realizado em 2022, revelou que Mato Grosso é o segundo estado mais populoso da Região Centro-Oeste, com 3.658.813 habitantes, representando 1,80% da população brasileira e 22,46% da população regional, ficando atrás apenas de Goiás, que possui quase o dobro de habitantes, e ligeiramente à frente de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2022).

Ao longo das últimas décadas, a economia de Mato Grosso tem sido marcada por transformações significativas, impulsionadas pelo avanço das tecnologias de produção no meio rural e o avanço da urbanização. Esses avanços possibilitaram a transição de uma exploração extensiva de áreas do cerrado e da floresta amazônica para uma exploração mais intensiva das áreas produtivas, desencadeando uma

transição da economia de subsistência para um modelo de alto rendimento. Como resultado, emergiu uma economia agroexportadora de *commodities*, colocando Mato Grosso entre os principais produtores e exportadores de produtos agropecuários, notadamente soja, milho, algodão e carne bovina (Mato Grosso, 2023).

Este contexto ressalta um forte viés agropecuário na economia matogrossense, com foco na produção de *commodities* para exportação, que tem fortalecido desigualdades econômicas regionais.

Dassow, Costa e Figueiredo (2011) ressaltaram que no século XX, o crescimento desigual entre as regiões de Mato Grosso dificultou a formulação de políticas públicas uniformes para todo o Estado. Essa situação exige uma análise cuidadosa através da identificação das regiões com nível e ritmo de crescimento mais baixos ou que necessitam de políticas públicas específicas, com vista ao planejamento urbano e o desenvolvimento local. Ou seja, o crescimento econômico em Mato Grosso ocorre de forma heterogênea em diferentes partes do território e demanda ações focalizadas para diminuir as disparidades econômicas regionais. Diante desse cenário, o presente estudo levanta a seguinte questão: o nível e o ritmo de crescimento dos municípios matogrossenses foram dinâmicos o suficiente para promover o desenvolvimento mais homogêneo entre os anos de 2005 e 2020?

Frente ao exposto, este estudo investiga as variações no nível e no ritmo de crescimento econômico dos municípios de Mato Grosso, especificamente entre os anos de 2005 e 2020. A abordagem adotada foi descritiva e analítica, utilizando o Valor Adicionado Bruto (VAB) *per capita* como principal variável e abrangendo as duas primeiras décadas do século XXI como período de análise. Os resultados e discussões oriundos desta pesquisa oferecem *insights* sobre as tendências do crescimento econômico durante o período investigado, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da dinâmica econômica de Mato Grosso.

Referencial Teórico

O crescimento econômico é definido como um conjunto de mudanças interligadas que ocorrem ao longo de um período específico. Essas transformações

têm sua origem na estrutura produtiva e resultam no contínuo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e suas variáveis correlacionadas (Zylbersztajn e Neves, 2000).

Enquanto Furtado (1967) distingue o crescimento econômico, caracterizado pelo aumento quantitativo da produção medida pelo PIB, do desenvolvimento econômico. Este último envolve melhorias qualitativas na estrutura econômica, como diversificação da produção, aumento da produtividade, redução da desigualdade e progresso no bem-estar social. Enquanto o crescimento foca na expansão da produção, o desenvolvimento considera suas implicações sociais, visando uma melhoria abrangente e sustentável na qualidade de vida.

Segundo Kuznets (1985), o crescimento econômico é impulsionado por uma série de elementos essenciais, incluindo o aumento da produtividade, investimentos em capital físico e humano, inovação tecnológica, estabilidade macroeconômica e instituições eficazes. No entanto, para manter esse crescimento de forma sustentável, são necessárias políticas que promovam o desenvolvimento humano, a redistribuição de renda, o acesso equitativo aos recursos e investimentos em educação e saúde. Além disso, políticas públicas que fomentem o empreendedorismo, a pesquisa e o desenvolvimento, juntamente com a proteção ambiental, são fundamentais para garantir um crescimento econômico duradouro e inclusivo.

O crescimento econômico pode ser estimulado por investimentos, sejam eles de origem pública ou privada. A alocação de recursos adicionais, independentemente de sua natureza, é fundamental para ampliar a base produtiva, desenvolver infraestruturas e aumentar a demanda por capital humano. Desta forma, a ação do Estado pode contribuir tanto no controle do processo cumulativo negativo como, também, incentivando os efeitos propulsores, desencadeando, em ambos os casos, o desenvolvimento econômico (Raiher; Ferrera de Lima, 2009).

Dessa forma, o crescimento econômico é sustentado pelo investimento em capital físico, mas também pelo potencial de desenvolvimento endógeno das regiões, envolvendo a atuação dos agentes econômicos locais, o capital humano e social, e sua influência no progresso econômico e social. Investimentos em educação, qualificação da mão de obra e estímulo à inovação são impulsionadores essenciais

desse processo. Esses elementos são cruciais para o avanço regional, enfatizando a importância de políticas que fortaleçam as capacidades locais (Piacenti, 2012).

Por mais duradouro que o crescimento possa se tornar, *Renzi et al.* (2019) enfatizaram o papel das restrições ambientais no avanço do crescimento e desenvolvimento econômico. Ao estudarem o avanço do conceito, os autores enfatizaram a importância de considerar mais profundamente as variáveis ambientais nas análises do crescimento econômico. Ao analisar empiricamente suas observações, os autores perceberam que as regiões que crescem tendem a aumentar a demanda por capital natural e expandir as emissões de gases de efeito estufa.

Segundo as contribuições de Ferrera de Lima *et al.* (2014) e Ferrera de Lima (2019) o crescimento econômico é definido como o aumento da capacidade de fornecer diversos bens econômicos à população, fundamentado no incremento da produtividade, avanços tecnológicos e adaptações institucionais e ambientais. Os autores argumentam que as políticas de desenvolvimento econômico estão intrinsecamente ligadas a programas que visam acelerar o crescimento econômico. Assim, para impulsionar o crescimento econômico, as economias regionais passam de uma estrutura agrícola para atividades relacionadas à industrialização e urbanização, como comércio e serviços, mas precisam evoluir para padrões de sustentabilidade ambiental.

Já Oliveira *et al.* (2019) apontam o capital social e a cooperação como instrumentos de crescimento e desenvolvimento econômico. O avanço do cooperativismo como estratégia de desenvolvimento demonstrou que o mesmo fortalece as instituições e a capacidade de crescer e a médio e longo-prazos.

Hersen *et al.* (2010) destacam que investimentos em infraestrutura, como estradas, portos e telecomunicações, desempenharam papel crucial no crescimento econômico. Tais melhorias atraem investimentos externos e internos, promovendo o desenvolvimento econômico regional. Além disso, a diversificação das atividades econômicas, abrangendo os setores industrial, comercial e de serviços, impulsiona o crescimento ao criar mais oportunidades de emprego e renda, fortalecendo a economia local.

O estudo conduzido por Piacenti (2012) acerca do crescimento econômico dos municípios paranaenses empregou o Indicador do Nível de Crescimento Econômico (INC) e o Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico (IRC) como instrumentos metodológicos. Os resultados revelaram que cerca de 6% dos municípios do Paraná mantiveram um desempenho econômico superior à média estadual. Em pesquisa similar, Welter et al. (2020) investigaram a dinâmica de crescimento dos municípios na região Oeste do Paraná, identificando heterogeneidade e desigualdade nesse processo. Ou seja, o Oeste do Paraná reproduziu a mesma realidade do conjunto do estado do Paraná.

Alves e Costa (2018) perceberam que as inovações tecnológicas tem um papel crucial no avanço de municípios estagnados para municípios avançados. Ao analisar o desempenho de um município paranaense, os autores perceberam que o crescimento econômico tem no capital humano e nas inovações um elemento crucial de dinamismo.

Ferrera de Lima *et al.* (2014) conduziram uma pesquisa examinando o dinamismo econômico dos municípios e das microrregiões do Paraná, notando a redução do número de microrregiões com alto crescimento econômico ao longo do tempo. Mesmo com essa redução, o estado do Paraná apresentou ainda concentração significativa na Região Metropolitana de Curitiba. Em Mato Grosso do Sul, Ferrera de Lima, Piffer e Ostapechen (2016) identificaram que as regiões mais populosas e dinâmicas do sul do estado estagnaram, enquanto as regiões periféricas avançaram, promovendo uma convergência no crescimento econômico regional.

Gonçalves Junior *et al.* (2023) analisou o papel do setor agropecuário em diferentes estados do Brasil e percebeu que o mesmo tem um papel significativo no território brasileiro, em especial nas áreas de fronteira agrícola do norte e centro-oeste. Porém enfatizaram a necessidade de substituir a simples produção *in natura* para o processamento das *commodities* a longo prazo.

Em outro estudo com uma conclusão similar, Ferreira (2023) analisou o crescimento econômico de Santarém, no Pará, constatando que, embora o município tenha registrado um crescimento moderado abaixo da média estadual, possui um potencial significativo de expansão, destacando-se como líder de crescimento na

microrregião. Para impulsionar um crescimento mais robusto, torna-se essencial desenvolver planos regionais que explorem o crescimento endógeno, aproveitando as potencialidades locais do que puramente as atividades extrativas.

Rippel (1995) e Rippel & Rippel (2008) destacaram que o desenvolvimento regional está intimamente ligado à produção, especialização e reinvestimento em atividades produtivas locais, influenciando a geração de empregos, renda e interconexões produtivas entre os setores da economia regional. Assim, fica evidente que o crescimento econômico desempenha um papel crucial no processo de desenvolvimento regional. Porém, não está imune as crises e oscilações, o que demanda o seu monitoramento ao longo do tempo.

Para esse monitoramento, o uso de indicadores se apresenta como uma alternativa e ferramenta para que os gestores regionais possam observar e acompanhar o desempenho das economias regionais e seu processo de desenvolvimento ao longo do tempo.

Metodologia

Conforme Ferrera de Lima, Piffer e Ostapechen (2016), a inclusão do PIB como variável tem raízes na teoria do crescimento econômico, que considerava desenvolvimento e crescimento como sinônimos. Assim, um PIB *per capita* mais alto indica uma maior produtividade da população, o que favorece a acumulação de capital e o progresso econômico em relação a outras regiões.

Porém, na análise setorial do crescimento econômico regional, o Valor Adicionado Bruto se torna a referência metodológica. O VAB, que representa a contribuição de cada setor para o PIB regional, pois reflete a adição de valor à produção total. No caso, a análise foi realizada nos 141 municípios do Mato Grosso, tendo como foco o VAB *per capita* dos setores econômicos para os anos de 2005 e 2020.

Na análise dos dados, foram empregados indicadores de nível e ritmo de crescimento econômico, como sugerido por Piacenti (2012) e Ferrera de Lima (2022). O Indicador do Nível de Crescimento Econômico (INC) foi derivado do VAB *per capita*

de cada um dos 141 municípios de Mato Grosso. A principal finalidade desse indicador é comparar o desempenho de cada município com a média estadual do VAB *per capita*, como descrito na equação 1.

$$INC_{MT} = VAB_{pci} \,/\, VAB_{pcm} \times 100 \quad (1)$$

Em que:

VAB_{pci}: VAB *per capita* do município i;

VAB_{pcm}: VAB *per capita* médio estadual.

Por meio do INC, torna-se viável classificar os municípios em distintos níveis de potencial de desenvolvimento econômico, conforme exemplificado na tabela 1.

Tabela 1 – Classificação do Indicador do Nível de Crescimento Econômico (INC)

Potencial de Desenvolvimento Econômico	Faixa do INC
Significativo	> 100
Alto	80 a 100
Médio	50 a 80
Baixo	20 a 50
Insignificante	0 a 20

Fonte: Adaptado de Piacenti (2012) e Ferrera de Lima (2022).

Considerando a classificação do INC, que toma como base o VAB *per capita* médio dos setores econômicos de Mato Grosso, os municípios com um indicador superior a 100 revelavam, naquele ano, um VAB *per capita* acima da média do estado, sendo caracterizados como “significativos”. Enquanto isso, os municípios com um indicador abaixo da média são rotulados como “baixos”.

O Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC) segue uma interpretação similar, porém este se destaca pela avaliação do crescimento econômico em dois intervalos temporais distintos, mais precisamente entre 2005 e 2020. A fim de determinar o ritmo

de crescimento econômico dos municípios de Mato Grosso, foi criado um indicador relativo à média do estado para cada um, conforme definido pela equação 2.

$$IRC_{MT} = [(\pi / \psi) - 1] / [(K / \Phi) - 1] \times 100 \quad (2)$$

Sendo:

π: $VAB_{pc}\ 2020_i$ = VAB *per capita* do município i em 2020;

ψ: $VAB_{pc}\ 2005_i$ = VAB *per capita* do município i em 2005;

K: $VAB_{pc}\ 2020_i$ = VAB *per capita* médio estadual i em 2020;

Φ: $VAB_{pc}\ 2005_i$ = VAB *per capita* médio estadual i em 2005.

O IRC oferece ainda a possibilidade de classificar os municípios em diferentes categorias, tais como: significativos (IRC≥100), estagnados (IRC >30<100), recessivos (>0<30) ou depressivos (<0).

Levando em conta o VAB *per capita* médio dos setores econômicos do Estado como 100, os municípios com IRC acima de 100 experimentaram um ritmo de crescimento superior à média estadual. Por outro lado, os municípios com IRC abaixo de 100 registraram um ritmo de crescimento inferior à média do estado, indicando um aumento da população maior que o crescimento do VAB. Adicionalmente, aqueles com IRC negativo observaram uma redução no VAB *per capita* durante o período de análise. Após examinar cada indicador individualmente, procedeu-se à combinação deles para avaliar a situação de desenvolvimento de cada município, conforme a classificação apresentada na tabela 2.

Tabela 2 – Combinação da forma tradicional dos indicadores econômicos de Nível de Crescimento (INC_{MT}) e Ritmo de Crescimento Econômico (IRC_{MT})

Classificação do Município	Tipo	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento
Desenvolvimento em expansão	AA	Alto	Alto
Desenvolvimento em Declínio	AB	Alto	Baixo
Em Desenvolvimento	BA	Baixo	Alto
Deprimidos	BB	Baixo	Baixo

Fonte: Adaptado de Piacenti (2012) e Ferrera de Lima (2022).

A combinação dos indicadores ICN e IRC de cada município é determinada com base na média estadual. Quando classificado como “alto”, indica que o município obteve um índice superior à média do Estado, ou seja, um resultado significativo (superior a 100). Por outro lado, quando classificado como “baixo”, significa que o município registrou um índice abaixo da média do Estado.

As variáveis empregadas no cálculo dos indicadores de crescimento econômico foram o Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores econômicos e a população residente nos anos de 2005 e 2020. A compilação dos dados foi realizada com base nas informações disponibilizadas pela plataforma do “Ipeadata” em 16/11/2023, que inclui o PIB Municipal - Valor Adicionado a preços básicos de 2010 da agropecuária, indústria e serviços (exceto administração pública).

População dos Municípios Matogrossenses no Ano de 2005 e 2020

Analisar o fluxo populacional e o crescimento econômico em setores específicos ao longo de determinados períodos é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e econômicas de uma região. Nesse contexto, os dados do IBGE (2024), referentes à população total dos municípios matogrossenses em 2005 e 2020 apontaram que 78% dos municípios registraram um aumento populacional, enquanto 22% mostraram um declínio na população.

Durante o período, alguns municípios de Mato Grosso demonstraram significativas taxas de crescimento populacional. Ipiranga do Norte registrou uma variação de 9,04%, Colniza apresentou uma variação de 7,45%, enquanto Juruena teve uma variação de 6,65%. Por outro lado, observou-se que alguns municípios enfrentaram declínio populacional nesse mesmo período. Itaúba teve uma variação de -3,56%, Marcelândia registrou uma variação de -3,65% e Novo São Joaquim apresentou uma variação de -3,73%. Pela distribuição da população se observa o adensamento da porção sul do estado e a formação de um corredor entre o Sudeste e Sudoeste Matogrossenses e os municípios de Lucas do Rio Verde, Sinop e Alta Floresta.

Considerando o conjunto dos 11 municípios mais expressivos em 2020, observou-se uma população total de 1.824.844 habitantes, representando 51,75% de participação relativa no estado de Mato Grosso. Nota-se também uma mudança em relação a 2005, onde a mesorregião Norte Matogrossense passou a concentrar os municípios mais populosos. Esse crescimento populacional está intimamente ligado ao desempenho favorável do agronegócio na região ao longo dos últimos anos. O estado de Mato Grosso se destaca nacionalmente como o maior produtor de soja, milho, algodão e girassol (Von Dentz, 2019).

No caso Matogrossense, os vazios populacionais e o declínio refletem a ausência ou a ineficiência de políticas públicas aliadas ao baixo dinamismo econômico. Nesse sentido, Colla *et al.*, (2012), Yang e Dunford (2018), Meloche *et al.* (2018), Eberhardt e Ferrera de Lima (2023) enfatizaram que políticas voltadas para o desenvolvimento social e humano têm o potencial de fortalecer a permanência ou atração da população, uma vez que as pessoas priorizam o bem-estar e a segurança para si e suas famílias. Assim, os municípios podem melhorar a qualidade de vida de seus residentes, mesmo diante da redução populacional.

Conforme Batunova e Perucca (2020), em algumas circunstâncias, áreas com diminuição populacional conseguem reestruturar sua produção com êxito, promovendo crescimento econômico simultâneo. Há exceções que validam diferentes modelos de desenvolvimento, mesmo em declínio demográfico. Os autores observaram tal cenário ao analisarem a queda populacional em regiões russas entre 1998 e 2012, concluindo que capital privado e população jovem são cruciais para uma reorganização efetiva da economia regional.

Nível e Ritmo de Crescimento Econômico da Agropecuária, Indústria e Serviços dos Municípios Matogrossenses

Como já mencionado, o INC foi empregado para avaliar o crescimento econômico dos setores econômicos para os 141 municípios de Mato Grosso, utilizando o VAB *per capita* relativo para os anos de 2005 e 2020. Pelos resultados da pesquisa observou-se que em 2005, Mato Grosso contava com 34 municípios cujo VAB *per capita* agropecuário ultrapassava a média estadual de R$ 8.663,00. No

entanto, 107 municípios registraram um VAB *per capita* inferior à média, o que representou 76% dos municípios classificados como economicamente deprimidos pelo INC.

Dentre os municípios classificados como significativos (INC>100) no ano de 2005, destacaram-se Santo Antônio do Leste, com VAB *per capita* de R$ 100.190,47; Santa Rita do Trivelato, com R$ 89.626,62; e Ipiranga do Norte, com R$ 69.078,96. Por outro lado, entre os municípios classificados como insignificantes (INC entre 0 e 20), destacaram-se Acorizal, que registrou um VAB *per capita* de R$ 800,35, seguido por Várzea Grande, com R$ 42,50, e Cuiabá, com R$ 36,17.

Em 2020, Mato Grosso registrou um avanço de 10 posições, com 44 municípios ultrapassando o VAB *per capita* agropecuário médio estadual de R$ 13.111,00. Ademais, 69% ficaram abaixo dessa média, totalizando 97 municípios classificados como economicamente deprimidos. Dentre os municípios que demonstraram melhor desempenho destacaram-se Santa Rita do Trivelato, com um VAB *per capita* de R$ 92.636,64; Campos de Júlio, com R$ 74.290,26; e Porto dos Gaúchos, com R$ 69.176,74. Por outro lado, entre os municípios com desempenho menos expressivo, figuram Acorizal, com um VAB *per capita* de R$ 802,06; Várzea Grande, com R$ 91,71; e Cuiabá, com R$ 22,29.

Assim, se percebe que a dinâmica agropecuária é mais dispersa no estado do Mato Grosso. Porém, ocorre de forma mais significativa na porção norte do estado, diminuindo de intensidade no sudeste e no extremo norte do estado, ou seja, nas áreas mais adentradas no bioma amazônico e pantaneiro.

Em 2005, em torno de 46 municípios apresentaram um VAB *per capita* superior à média estadual de R$ 1.846,00. Contudo, 95 municípios registraram um VAB *per capita* inferior à média, representando 67% dos municípios classificados economicamente como deprimidos conforme resultados Indicador do Nível de Crescimento Econômico (INC).

Durante o ano de 2005, municípios como Feliz Natal, com VAB *per capita* de R$ 22.005,88; Jauru, com R$ 15.971,88; e Itiquira, com R$ 12.267,07, se destacaram no segmento industrial, enquanto Vale de São Domingos, com VAB *per capita* de R$

51,29; Barão de Melgaço, com R$ 37,16; e Acorizal, com R$ 26,16, apresentaram desempenho insignificante.

Em 2020, Mato Grosso teve uma queda de 5 posições no segmento industrial, com 41 municípios registrando VAB *per capita* acima da média estadual de R$ 3.331,00. Por outro lado, 71% ficaram abaixo dessa média, totalizando 100 municípios classificados como economicamente deprimidos. Destacaram-se, nesse contexto, municípios como Campos de Júlio, com VAB *per capita* de R$ 30.003,73; Nova Marilândia, com R$ 21.533,85; e Paranaíta, com R$ 17.181,46. Entre os municípios com desempenho insignificante estão São José do Povo, com VAB *per capita* de R$ 204,56; Reserva do Cabaçal, com R$ 194,50; e Barão de Melgaço, com R$ 185,97.

Na distribuição geral, se percebeu que o setor secundário se reposicionou fortalecendo a porção centro sul do estado de Mato Grosso. O nordeste de Mato Grosso perdeu representatividade e produtividade, enquanto o Sul avançou em ambos. Outro aspecto a destacar é que a produtividade industrial, a partir do VAB *per capita* é mais disperso, em suas diferentes classificações, que a produtividade da agropecuária.

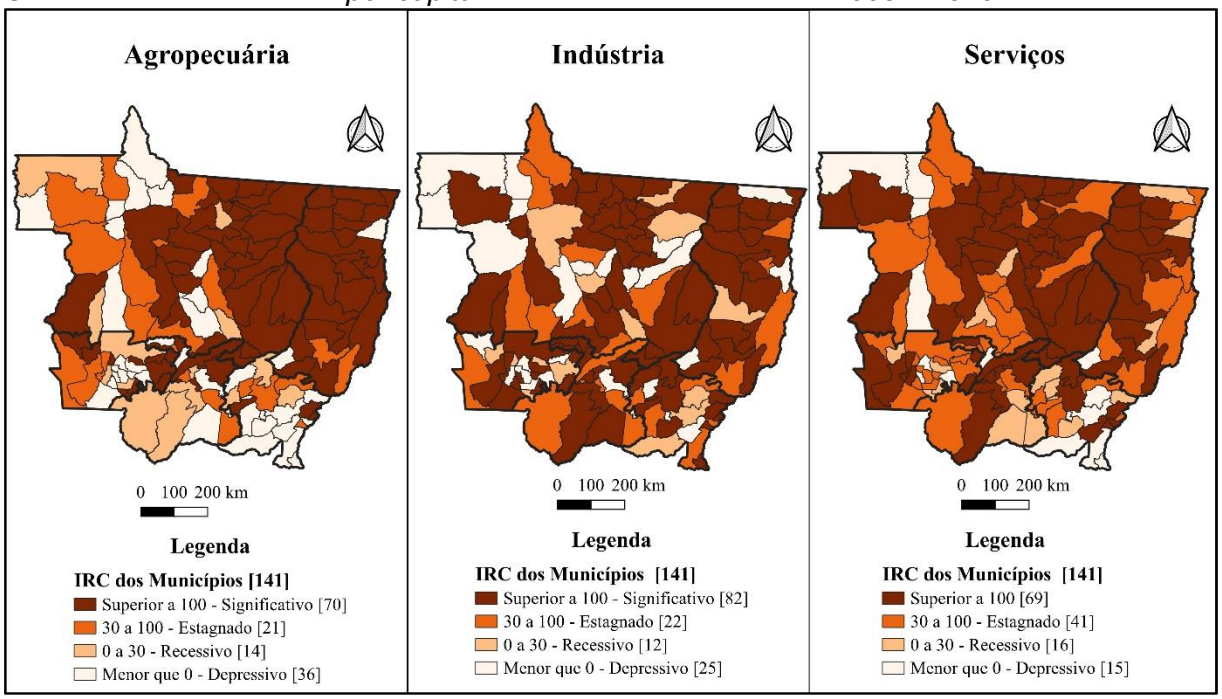
A classificação do INC no segmento de serviços dos municípios de Mato Grosso para os anos de 2005 e 2020 apontou que em 2005, 41 municípios ultrapassaram a média estadual de R$ 3.960,00 em VAB *per capita*, classificando-se como INC significativos. Porém, 100 municípios apresentaram um VAB *per capita* inferior a essa média, correspondendo a 71% dos municípios classificados como economicamente deprimidos segundo o INC.

No período, Mato Grosso registrou um avanço de 5 posições no segmento de serviços, com 46 municípios ultrapassando o VAB *per capita* médio estadual de R$ 6.267,00. Em contrapartida, 67% ficaram abaixo dessa média, totalizando 95 municípios classificados como economicamente deprimidos. Nesse contexto, merecem destaque municípios como Querência, com um VAB *per capita* de R$ 32.200,87; Santa Rita do Trivelato, com R$ 25.522,88; e Campos de Júlio, com R$ 24.695,25. Entre os municípios com piores INC, encontram-se Barão de Melgaço, com um VAB *per capita* de R$ 1.109,46; Alto Paraguai, com R$ 965,09; e São José do Povo, com R$ 915,97.

O setor terciário é o mais disperso e com padrões diferenciados em relação aos outros setores. O VAB *per capita* se concentra numa área de transição entre as regiões, na porção central do estado. Espacialmente, o adensamento central do setor de serviços o torna próximo de todos os municípios. Mesmo assim se percebe a dispersão que aumentou nos períodos tornando o setor terciário aquele com a produtividade e o adicionamento de valor mais difuso no estado de Mato Grosso.

O segundo índice calculado foi o Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico, conhecido como IRC. Esse índice avaliou o crescimento econômico dos municípios de Mato Grosso em comparação com a média estadual durante dois períodos distintos (2005 e 2020), como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Classificação do Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC) dos municípios de Mato Grosso com base no VAB *per capita* dos setores econômicos – 2005 e 2020



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Considerando o VAB *per capita* médio dos setores econômicos do Estado como 100, os municípios com IRC acima de 100 evidenciaram um ritmo de crescimento superior à média estadual. Segundo Piacenti (2012) e Ferrera de Lima (2022), ao contrário do INC, que avalia o desempenho econômico em um único período, o IRC

analisa dinamicamente o desempenho econômico ao longo de dois períodos, permitindo a compreensão do PIB *per capita* municipal e estadual ao longo do tempo.

Nota-se que no setor agropecuário, 70 municípios de Mato Grosso exibiram um desempenho superior à média estadual, indicando uma performance econômica mais robusta ao longo do tempo (2005 e 2020) em comparação com a avaliação estática do INC. União do Sul, Marcelândia e São Félix do Araguaia destacaram-se entre os municípios com melhor desempenho, registrando IRCs de 3.776, 1.554 e 1.419, respectivamente.

Enquanto isso, cerca de metade dos municípios, totalizando 71, apresentaram resultados abaixo da média estadual. Desses, 21 foram classificados como estagnados, com IRCs entre 30 e 100, e 14 como recessivos, com IRCs entre 0 e 30. Esses municípios nas faixas de classificação mais baixas mostram uma queda significativa na produção econômica por habitante no setor agropecuário.

Por outro lado, 36 municípios enfrentaram um desempenho econômico negativo entre 2005 e 2020, resultando em uma redução no PIB *per capita*. Esses foram classificados como depressivos, com IRC abaixo de 0. Campo Verde, São Pedro da Cipa e Reserva do Cabaçal destacaram-se entre os municípios classificados como depressivos no setor agropecuário, registrando IRCs de -97, -107 e -151, respectivamente.

Nesse grupo, o que chamou atenção é o baixo desempenho econômico de Campo Verde, município reconhecido nacionalmente por sua aptidão no setor agropecuário. No entanto, durante o período analisado, observou-se uma queda significativa de -4,50% na taxa de crescimento do VAB *per capita*. Paralelamente, constatou-se um incremento na proporção da população, atingindo 4,32% no mesmo período. Essa discrepância entre o crescimento econômico do setor agropecuário e o crescimento populacional sugere um cenário de estagnação econômica, conforme evidenciado pelo IRC.

A importância do setor agropecuário na economia municipal de Mato Grosso reflete a centralidade da cadeia produtiva do agronegócio na região, conforme ressaltado por Capoane (2022) e Von Dentz (2019). Esse segmento não apenas constitui a base econômica do estado, mas também concentra significativa parcela da

população e da produção, especialmente nos municípios predominantemente voltados para atividades agropecuárias.

No setor industrial, observa-se um cenário mais favorável para um crescimento equilibrado e sustentável. Dos 141 municípios matogrossenses, 82 deles apresentaram resultados superiores à média estadual, com IRC superior a 100. Entre os mais expressivos estão Acorizal, com um IRC de 15.676; Nova Marilândia, com um IRC de 6.376; e Nossa Senhora do Livramento, com um IRC de 5.797.

Por outro lado, cerca de 59 municípios, o que equivale a 42% do total, ficaram abaixo da média. Dentro desse grupo, 22 foram classificados como estagnados, correspondendo a 16% do total; 12 como recessivos, representando 9% do total; e 25 como depressivos, o que corresponde a 18% do total. Destes, Dom Aquino, com um IRC de -95; Rondolândia, com um IRC de -98; e Feliz Natal, com um IRC de -114, apresentaram o pior desempenho econômico.

Os municípios que se destacaram na faixa de classificação mais alta mostraram um aumento significativo na produção econômica por habitante no setor industrial. Acorizal, por exemplo, mesmo enfrentando uma diminuição populacional de -0,93% durante o período analisado, demonstrou resiliência no setor produtivo, com um incremento de 38,12% no VAB *per capita*. No entanto, é importante ressaltar que essa condição pode variar conforme fatores sociais e políticos presentes em cada região, além dos econômicos, conforme apontado pela literatura especializada.

Nesse contexto, segundo dados divulgados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso (SEDEC-MT, 2023), baseados na Pesquisa Industrial Mensal (PIM) conduzida pelo IBGE, a produção industrial matogrossense apresentou um crescimento de 11% em abril de 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento contrariou a tendência nacional, que registrou uma queda de 2,7% no mesmo intervalo de tempo. Mato Grosso obteve o segundo melhor desempenho do país, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte. Esse resultado foi atribuído principalmente aos ramos de atividade de produtos alimentícios, como carne bovina fresca ou refrigerada, e de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, incluindo o álcool etílico.

No que tange ao IRC no setor de serviços, 69 municípios matogrossenses excederam a média estadual (IRC superior a 100). Dentre esses, destacam-se São José do Xingu, com IRC de 1.402; Nova Santa Helena, com IRC de 1.082; e Confresa, com IRC de 1.052. O desempenho notável de São José do Xingu, um município de pequenas dimensões, com pouca diversificação no comércio e serviços, e predominantemente dependente do setor rural, merece destaque nesse grupo de municípios.

São José do Xingu é o sétimo município mais populoso na pequena região de Confresa - Vila Rica, contando com 5.620 habitantes registrados em 2020. O Produto Interno Bruto (PIB) do município atinge cerca de R$ 934,7 milhões, com a agropecuária respondendo por 79,4% do valor adicionado, seguida pelos serviços (13,1%), administração pública (5,4%) e indústria (2,1%). O cultivo de soja e a produção de bovinos para corte são as principais atividades econômicas do município (Caravela, 2024).

O estudo realizado por Rocha *et al.* (2019) enfatizou a relevância dos segmentos de comércio e serviços na economia de Mato Grosso, impulsionando a geração de renda e emprego. Conforme a Secretaria de Comunicação do Estado de Mato Grosso (SECOM-MT, 2023), o segmento de serviços registrou um avanço expressivo em 2022, crescendo 13,8%, superando o recorde nacional. O comércio, a administração pública e o transporte destacaram-se como os principais impulsionadores desse crescimento, com destaque para o setor de transporte, que cresceu 13,3% no estado.

Observou-se que 72 municípios tiveram um desempenho econômico inferior à média estadual, abrangendo 51% do total. Dentro deste grupo, 41 foram classificados como estagnados, 16 como recessivos e 15 como depressivos. Essas localidades evidenciam uma queda significativa na produção econômica por habitante no setor de serviços. Dentre eles, destacam-se Santo Antônio do Leste, com IRC de -77; Alto Araguaia, com IRC de -78; e Alto Taquari, com IRC de -121.

Após a aplicação da abordagem que combina os indicadores econômicos de nível e ritmo de crescimento de cada município classificando-os como acima (A) ou abaixo (B) da média estadual, os resultados da pesquisa apontaram que no setor

agropecuário, 25 municípios superaram a média estadual tanto no INC quanto no IRC. Esses municípios, classificados como desenvolvimento em expansão, representaram 18% do total de 141 municípios no Estado. Em contraste, 18 municípios alcançaram um desempenho superior à média no INC e inferior à média no IRC classificados como desenvolvimento em declínio, representando 13% do total.

Por outro lado, 46 municípios apresentaram desempenho abaixo da média no INC (2020) e acima da média no IRC entre 2005 e 2020, abarcando 33% dos municípios matogrossenses, sendo considerados como em desenvolvimento. Já 52 municípios registraram desempenho inferior à média estadual tanto no INC quanto no IRC no período analisado, englobando 37% dos municípios do Estado, classificados como deprimidos.

Na indústria, 24 municípios excederam a média estadual tanto no INC quanto no IRC, representando 17% dos municípios matogrossenses e sendo classificados como desenvolvimento em expansão. Por outro lado, 17 municípios alcançaram um desempenho superior à média no INC e inferior à média no IRC, correspondendo a 12% do total, classificados como desenvolvimento em declínio.

Adicionalmente, 58 municípios obtiveram desempenho inferior à média no INC e superior à média no IRC, totalizando 41% dos municípios do estado e sendo classificados como em desenvolvimento. Além disso, 42 municípios, equivalente a 30% do total do Estado, apresentaram desempenho abaixo da média estadual tanto no INC quanto no IRC no período analisado, sendo classificados como deprimidos.

No setor de serviços, 28 municípios superaram a média estadual tanto no ICN quanto no IRC, representando 20% dos municípios matogrossenses e sendo classificados como desenvolvimento em expansão. Por outro lado, 18 municípios tiveram desempenho acima da média do Estado no INC e abaixo da média do Estado no IRC, correspondendo a 13% dos municípios do Estado e classificados como desenvolvimento em declínio. É importante destacar que 41 municípios obtiveram desempenho inferior à média do Estado no INC e superior à média do Estado no IRC, totalizando 29% dos municípios matogrossenses e sendo classificados como em desenvolvimento. Por fim, 54 municípios foram considerados deprimidos, ou seja, com

desempenho abaixo da média do Estado tanto no INC quanto no IRC durante o período analisado, representando 38% dos municípios matogrossenses.

Destarte a isso, ao longo do período de 2005 a 2020, ao examinar a evolução da taxa geométrica de crescimento do VAB *per capita* nos diferentes setores econômicos e a taxa geométrica de crescimento populacional em Mato Grosso, nota-se uma predominância de incremento populacional na maioria dos municípios. Dentre os 141 municípios analisados, apenas 31 experimentaram um decréscimo populacional durante esse período. A densidade populacional não foi um entrave para o dinamismo econômico dos municípios matogrossenses.

No entanto, ao considerar a evolução do VAB *per capita* ao longo dos 15 anos investigados, observa-se uma tendência de enfraquecimento do setor agropecuário em relação aos segmentos industrial e de serviços. Foi constatado que 36 municípios registraram uma diminuição na produção agropecuária por habitante. Por outro lado, tanto na indústria quanto nos serviços, a queda na contribuição de riqueza por habitante afetou 25 e 15 municípios, respectivamente. No que diz respeito ao aumento na produção por habitante, destacou-se o setor de serviços como o segmento econômico mais proeminente na geração de riqueza, com 126 municípios matogrossenses registrando aumento durante o período analisado.

No cenário atual, embora o setor agropecuário seja fundamental para o desenvolvimento de outros segmentos e tenha relevância na economia de Mato Grosso, há indícios de que a expansão da fronteira agrícola esteja chegando ao seu limite. Exceto pela porção nordeste do estado, cujo progresso foi prejudicado pela carência de infraestrutura logística, Mato Grosso enfrenta limitações em termos de áreas disponíveis para a agricultura. Para impulsionar a produção agrícola no estado, é necessário explorar duas estratégias: a) aumentar a produtividade das atividades existentes; b) expandir a diversidade de culturas agrícolas, priorizando aquelas mais eficientes no uso da água. Ambas as abordagens demandam maior inovação, investimento em infraestrutura, no capital social e, consequentemente, implicam uma revisão do papel do poder público, estimulando a implementação de novos arranjos institucionais e regulação, em substituição a intervenções passadas (Vieira Junior *et al.,* 2014).

Considerações Finais

Esta pesquisa investigou se houve variações significativas nos setores econômicos dos municípios de Mato Grosso em termos de nível e ritmo de crescimento econômico durante o início do século XXI, mais precisamente entre 2005 e 2020. Para isso, adotou-se uma metodologia de análise regional, utilizando o Indicador do Nível de Crescimento (INC) e o Indicador de Ritmo de Crescimento Econômico (IRC) proposto por Piacenti (2012).

A partir dos indicadores mencionados, os municípios foram categorizados com base no Valor Adicionado Bruto (VAB) *per capita* médio estadual em três setores econômicos: agropecuário, industrial e de serviços. Essa categorização possibilitou a diferenciação entre os municípios que se encontravam acima ou abaixo da média estadual em cada setor econômico.

Quanto à capacidade de crescimento dos setores econômicos municipais, em 2005, 107 municípios matogrossenses apresentavam um VAB *per capita* agropecuário abaixo da média estadual, enquanto na indústria eram 95 municípios e no setor de serviços eram 100 municípios. Em contrapartida, em 2020, houve uma melhora no setor agropecuário, com 97 municípios situados abaixo da média estadual. No entanto, houve uma piora na indústria, com 100 municípios apresentando VAB *per capita* abaixo da média estadual. Por outro lado, o setor de serviços mostrou evolução na produção de riqueza por habitante com 95 municípios abaixo da média estadual.

A partir da análise combinada do INC e do IRC, constatou-se que 25 municípios estão em desenvolvimento em expansão no setor agropecuário, enquanto 52 foram classificados como deprimidos, demonstrando um baixo desempenho econômico tanto em nível quanto em ritmo de crescimento. No setor industrial, 24 municípios foram identificados como em expansão, enquanto 42 foram considerados deprimidos. Já no setor de serviços, 28 municípios estão em expansão, contrastando com os 54 classificados como deprimidos.

Apesar dos recursos naturais abundantes, empreendedorismo, tecnologia e investimentos iniciais do poder público terem impulsionado o crescimento econômico e social de Mato Grosso, a análise da taxa geométrica de crescimento revelou que o

setor agropecuário vem perdendo dinamismo na produção de riqueza por habitante. Durante o período de 2005 a 2020, 36 municípios apresentaram declínio no VAB *per capita* agropecuário, em comparação com 25 na indústria e 15 nos serviços.

Diante desse panorama, torna-se claro que a expansão da fronteira agrícola matogrossense está demonstrando sinais de esgotamento, destacando a necessidade premente de adotar novas estratégias para estimular o dinamismo econômico. É fundamental que essas estratégias se concentrem em áreas como inovação, infraestrutura e capital social.

Nesse contexto, é crucial que o poder público assuma um papel central na liderança e reorganização de novos arranjos institucionais e regulatórios. Isso envolveria não apenas a criação de políticas que incentivem a diversificação econômica e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, mas também o investimento em infraestrutura que apoie o desenvolvimento de setores não agrícolas, como indústria e serviços. Além disso, promover a inovação e o desenvolvimento do capital social pode fortalecer as comunidades locais e aumentar a resiliência econômica frente a mudanças e desafios futuros.

Considerando os resultados obtidos, sugere-se a realização de novos estudos para aprofundar a compreensão da dinâmica econômica que influencia o desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso. Esses estudos podem fornecer *insights* valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes, direcionadas a promover um crescimento econômico sustentável e equilibrado em todo o estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R.; COSTA, E. P. V. da S. C. A percepção de inovação em um processo de reestruturação produtiva: o caso do município de Toledo-PR, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n.1, 2018. DOI: 10.54399/rbgdr.v14i1.3474

BATUNOVA, E.; PERUCCA, G. Population shrinkage and economic growth in Russian regions 1998–2012. **Regional Science Policy & Practice**, v. 12, n. 4, p. 595-610, 2020.

CAPOANE, V. Expansão da fronteira agrícola no estado de Mato Grosso entre os anos de 1988 e 2018. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 44, p. 73-98, 2022.

CARAVELA. **Economia – São José do Xingu-MT.** Disponível em: https://www.caravela.info/regional/s%C3%A3o-jos%C3%A9-do-xingu---mt. Acesso em: 22 mar. 2024.

COLLA, C., RIPPEL, R., GONÇALVES, C. A., ALVES, L. R. Elementos acerca da dinâmica migratória do Estado do Paraná entre 2000 a 2010: uma análise espacial. **ANAIS do XVIII Encontro Nacional de Estudos populacionais** - ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

DASSOW, C.; COSTA, R. M. G. S. D.; FIGUEIREDO, A. M. R. Crescimento econômico municipal em Mato Grosso: uma análise de convergência de renda. **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, p. 359-372, 2011.

EBERHARDT, P. H. de C.; FERRERA DE LIMA, J. Notas sobre os reposicionamentos da população**. Anais do II Congresso Internacional e IV Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional**. Taquara ®: FACCTA 2023. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/?q=2_congresso_mestrado. Acesso em: 18 mar. 2024.

FARIA, A. M. D. M. **Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso.** 2014.

FERREIRA, A. C. C. C. Análise do ritmo e nível de crescimento econômico da cidade de Santarém/Pará entre 2015 e 2019. **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 1, p. 106-119, 2023.

FERRERA DE LIMA, J. As disparidades regionais na fronteira Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n.5, 2019. DOI: https://doi.org/10.54399/rbgdr.v15i5.5035

FERRERA DE LIMA, J. **Economia territorial**. Campina Grande (PB): EdUEPB, 2022.

FERRERA DE LIMA, J.; KLEIN, C. F.; PIFFER, M.; RIPPEL, R.; OLIVEIRA, T. C. D. Notas sobre o ritmo de crescimento econômico das regiões paranaenses. **Revista Economia & Tecnologia (RET) Vol**, v. 10, n. 2, p. 25-32, 2014.

FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M.; OSTAPECHEN, L. A. P. O crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 757-766, 2016.

GONÇALVES JUNIOR, C. A.; DE CAMARGO, C. C.; STADUTO, J. A. R.; LOPES, R. L. Impact of substituting the of exported agricultural products for domestic processing on brazilian economy. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 19(2), 2023. DOI: 10.54399/rbgdr.v19i2.7027

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Paz e Terra: São Paulo, 1967.

HERSEN, A.; FERRERA DE LIMA, J. ; DOS SANTOS, A.; LIMA, C. As fontes do crescimento econômico das cidades médias do Estado do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada - HEERA**, v.5 , n.8, p. 66-85, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022 – População residente (Pessoas).** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-indigenas. Acesso em: 07 mar. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Comunicação do Estado de Mato Grosso – SECOM-MT. **Mato Grosso tem o maior crescimento do país no setor de serviços.** Publicado em 05 de março de 2023 por Pollyana Araújo. Disponível em: https://www.secom.mt.gov.br/w/mato-grosso-tem-o-maior-crescimento-do-pa%C3%ADs-no-setor-de-servi%C3%A7os. Acesso em: 20 mar. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso – SEDEC-MT. **Setor industrial de Mato Grosso cresce 11% em abril e 9,9% em um ano.** Assessoria/Sedec em 15 de junho de 2023. Disponível em: https://www.sedec.mt.gov.br/-/setor-industrial-de-mato-grosso-cresce-11-em-abril-e-9-9-em-um-ano. Acesso em: 20 mar. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso – SEDEC-MT. **PIB de Mato Grosso cresceu o triplo da média nacional desde 2002, aponta jornal.** Secom-MT em 15 de maio de 2023. Disponível em: https://www.sedec.mt.gov.br/-/pib-de-mato-grosso-cresceu-o-triplo-da-m%C3%A9dia-nacional-desde-2002-aponta-jornal. Acesso em: 20 mar. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Cenário Socioeconômico de Mato Grosso 2023 a 2027.** Cuiabá-MT, junho de 2023. Disponível em: http://www.seplag.mt.gov.br/. Acesso em: 07 de mar. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Conjuntura Econômica – 1º Semestre de 2023.** Cuiabá-MT, setembro de 2023. Disponível em: http://www.seplag.mt.gov.br/. Acesso em: 07 de mar. 2024.

MELOCHE, J. P.; BENOIT, S.; HUGUENY, T.; TREMBLAY, M. Planning cities facing population decline: a study of shrinking cities in Canada. **Canadian Journal of Regional Science**, v. 41, n. 1, p. 63-72, 2018.

OLIVEIRA, E. A. D. A. Q.; DOS SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F.; DA ROCHA JR, W. F. Promovendo a união para desenvolver territórios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 15(6), 2019. DOI: 10.54399/rbgdr.v15i6.5179

PIACENTI, C. A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses /** Carlos Alberto Piacenti. – Curitiba, PR: Camões, 2012.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. A influência dos investimentos estatais no desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses. **Informe GEPEC**, v. 13, n. 2, p. 121-137, 2009.

RENZI, A.; HENZ, A. P.; RIPPEL, R. Desenvolvimento econômico: do crescimento à prosperidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 15(6), 2019. DOI: 10.54399/rbgdr.v15i6.5185

RIPPEL, R. **Os encadeamentos produtivos de um complexo agroindustrial**: um estudo de caso da Frigobrás-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UFPR, 1995.

RIPPEL, R.; RIPPEL, V. C. L. Considerações a respeito das origens, dos acontecimentos e das consequências da crise econômica mundial atual. **Informe GEPEC**, v. 12, n. 2, p. 6–27, 2008. DOI: 10.48075/igepec.v12i2.2298.

ROCHA, A. C. G.; BORGES, D. R.; MOTA, G. L.; DASSOW, C.; ALMEIDA, C. C. R. **Panorama do setor de comércio e serviços de Mato Grosso.** In: X MOSTRA DE EXTENSÃO DA UFMT, Cuiabá, 2019.

SOUZA, K. J. de C.; FERRERA DE LIMA, J. Amazônia Legal: uma análise da convergência do crescimento e do desenvolvimento econômico. **Geosul**, v. 38, n. 88, p. 398-422, 2023. DOI: 10.5007/2177-5230.2023.e92755.

VIEIRA JUNIOR, P. A., FIGUEIREDO, E.V.; REIS, J.C. **Alcance e limites da agricultura para o desenvolvimento regional: o caso de Mato Grosso.** In: Antonio Marcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria Ferreira da Silveira, Zander Navarro (editores técnicos). O mundo rural o Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: EMBRAPA, 1125-1157, 2014.

VON DENTZ, E. Produção agrícola no estado do Mato Grosso e a relação entre o agronegócio e as cidades: o caso de Lucas do Rio Verde e Sorriso. **Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 2, p. 165-186, 2019.

WELTER, C. A.; BATISTA, A. M.; CENTURIÃO, D. A. S.; RIPPEL, R. Crescimento econômico no Oeste do Paraná: uma análise a partir de indicadores regionais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 41, n. 138, 2020.

YANG, Z.; DUNFORD, M. City shrinkage in China: Scalar processes of urban and hukou population losses. **Regional Studies**, v. 52, n. 8, p. 1111-1121, 2018.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Leandro José de Oliveira – Elaboração da estrutura do manuscrito. Coleta de dados, Análise dos dados, Participação ativa da metodologia e da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.
Alexandra Andrade de Almeida Cardoso – Elaboração da estrutura do manuscrito. Coleta de dados, Análise dos dados, Participação ativa da metodologia e da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.
Moacir Piffer – Concepção do manuscrito. Revisão metodológica. Participação ativa da metodologia e da discussão dos resultados; Revisão gramatical e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO
Agradecimentos especiais ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), por meio dos editais Demanda Social (DS) e Universal.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM
Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES
Não se aplica

LICENÇA DE USO
Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO
Recebido em: 08-04-2024
Aprovado em: 25-08-2024